



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002954-31.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores**
 Requerente: **Edilson dos Santos São Carlos**
 Requerido: **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizada por **Edilson dos Santos São Carlos** contra a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, com a finalidade de obter a declaração de inexigibilidade de débito do IPVA de 2013, relativo ao veículo Ford Fiesta, ano/modelo 2005, placas DQG 6050, cor prata, Renavam 855044136, sob o fundamento de que, em 31 de janeiro de 2013 (fl. 9), o vendeu a Paloma Carolina Boy que, mesmo em posse do ATPV (fl. 10), não efetuou a sua regular transferência, tendo a requerida lançado em seu nome o IPVA referente ao exercício de 2013 e incluído o seu nome no CADIN estadual.

A antecipação da tutela foi indeferida às fls. 13-14.

Citada (fl.28), a FESP apresentou contestação às fls. 24-34, na qual aduz, em resumo, que: o veículo permanece no nome do autor, pois não cumpriu a obrigação acessória de comunicar a referida venda aos órgãos competentes, sendo, portanto, o seu responsável tributário e de quem pode exigir o IPVA e outras eventuais obrigações fiscais; somente no corrente ano foi providenciado o bloqueio junto ao Detran; o fato gerador do IPVA ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício; é do interesse do vendedor comunicar a venda por previsão legal expressa e para transferir o domínio do bem.

Documentos acostados às fls. 35-40.

Houve réplica às fls. 42-46, na qual o autor alega que: assinou e reconheceu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

firma no Certificado de Registro de Veículo e entregou ao comprador as notas fiscais de entrada e saída; os documentos acostados às fl. 9/10 comprovam a venda a Paloma Carolina Boy; a transferência da propriedade se opera com a tradição.

É O RELATÓRIO.

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão (artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil).

O pedido não merece acolhimento.

Inicialmente, cumpre salientar que a venda de automóvel é um ato formal, na medida em que, para a efetivação da transferência, há a necessidade de assinatura, com firma reconhecida, do Certificado de Registro de Veículo CRV.

Uma vez alienado o veículo, há a transferência de propriedade, com a consequente subrogação de direitos e deveres concernentes à própria relação de direito consubstanciada.

Assim, a cada sujeito que celebre a tradição de um bem móvel, cumpre satisfazer os respectivos encargos tributários, determinados em razão da detenção, eis que criada nova relação.

Para a Administração, enquanto não houver a comunicação prevista no artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro ou a expedição de novo certificado de registro, a titularidade da propriedade será de quem consta no registro antigo. Tal regra é uma formalidade administrativa para direcionar o IPVA, as multas e penalidades correspondentes sobre as infrações cometidas, pois, de outro modo, não teria como o DETRAN tomar ciência das inúmeras transferências de veículos realizadas diariamente.

Ademais, de acordo com a Lei Estadual 6.606/89, "*considera-se ocorrido o fato gerador do imposto em 1º de janeiro de cada exercício*".

No caso em tela restou comprovado que a venda foi efetuada em 31 de janeiro de 2013 (fls.9-10), ou seja, em momento posterior ao da constituição do tributo.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e improcedente o pedido.

Diante da sucumbência, condeno o autor a arcar com as custas judiciais,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

bem como com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

P.R.I.C

São Carlos, 06 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**